

## **As epidemias na Santa Catarina da década de 1880: uma questão de saúde pública**

Andréia Balz\*

Universidade Federal de Santa Catarina- UFSC

[deiaitaly@gmail.com](mailto:deiaitaly@gmail.com)

**Resumo:** Este artigo reflete sobre as epidemias que atingiram Santa Catarina durante a década de 1880, as medidas adotadas pelo governo, com relação a saúde pública e os mitos envolvendo as doenças.

**Palavras-chave:** Saúde pública; Epidemias; Higienismo

**Abstract:** This article reflects about the epidemic that hit Santa Catarina during the decade of 1880, the measures adopted by the government, with respect to public health and the myths surrounding the disease.

**Keywords:** Public health; Epidemics; Hygienism

### **The epidemics in Santa Catarina on the decade of 1880: a public health issue**

Este artigo tem por objetivo analisar questões referentes a saúde pública na Província de Santa Catarina durante a década de 1880, última década do regime monárquico no Brasil. Pretendo abordar e analisar como fontes os relatórios escritos pelos presidentes da Província de Santa Catarina de 1880 a 1889 e as Fallas de 1881 e 1882, enfatizando quais as doenças que afligiram a população da época e que acabaram por se tornar epidêmicas e as cidades que mais foram atingidas. Enfoco ainda as medidas adotadas pelo poder público, questões concernentes à saúde pública e também os mitos e teorias que envolviam as doenças.

As doenças mais frequentemente citadas nos relatórios presidenciais tomados por objeto de análise são a febre amarela, a varíola e a cólera. No relatório presidencial de 1880, é relatada a ocorrência de casos de febre amarela na capital, tendo sido posteriormente nomeadas comissões sanitárias encarregadas de cuidar do asseio das ruas, largos, fontes, praças e casas da cidade e de acudir as pessoas atingidas pelo mal, bem como proceder às desinfecções de costume contra o contágio. Foi aberta na fortaleza de Sant'Ana uma enfermaria destinada ao tratamento dos indigentes acometidos da peste.<sup>1</sup>

---

\* Acadêmica da sexta fase do curso de graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina e bolsista do PET – História que escreveu este artigo como conclusão da disciplina de História de Santa Catarina.

<sup>1</sup> RELATÓRIO 1880. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u934/000008.html>. Acesso em 26 de Outubro de 2008.

É referida a precaução de que os navios, especialmente os vindos da corte, onde havia já um surto da febre amarela, fizessem quarentena em Santa Cruz, na Ilha de Santa Catarina, até mesmo para desinfecção das embarcações; ainda assim, não sem reclamações dos passageiros, tendo sido posteriormente suspensa por conselho médico<sup>2</sup>. Os meios empregados foram considerados eficazes e a epidemia declinou logo depois. Foi recomendado, porém, que o regime de quarentena continuasse em relação às embarcações com destino aos portos não infeccionados, ao norte e ao sul da Província.<sup>3</sup>

Além da quarentena feita em Santa Cruz, os médicos recomendaram que houvesse outra em São Francisco, assim foi ali continuado o serviço sanitário anteriormente realizado pelo delegado de polícia e outros cidadãos. Havia um Lazareto e casa de observação em Rationes e Santa Cruz.<sup>4</sup> Naquele ano foram relatadas 26 mortes em decorrência da febre amarela, número considerado baixo e que só não foi maior “(...) graças a Deus e aos meios empregados contra a epidemia”.<sup>5</sup>

Na Falla de 1881, escrita pelo inspetor Dr. Duarte Paranhos Schutel, é retratada uma situação bastante calamitosa pelo aparecimento de moléstias epidêmicas no ano de 1880. Em Janeiro haviam ocorrido casos de gastroenterite com caráter pernicioso, ocasionado a morte de algumas crianças e no fim do mesmo mês um doente suspeito de febre amarela que ancorou em Santa Cruz foi isolado tanto da tripulação quanto da população em terra.<sup>6</sup>

A inspetoria também pediu o recolhimento de 156 colonos que chegavam de um paquete vindo da corte, “(...) com o bem fundamentado receio de que a moléstia fosse aqui importada e desenvolvida em taes elementos favoráveis ao seu progresso (...)”<sup>7</sup>, tendo vindo da Assembléia Provincial os recursos financeiros para a pronta internação daqueles colonos.

Como não se conseguiu que qualquer medida preventiva fosse posta em prática no sentido de deter a invasão da febre amarela, a Inspetoria em 27 de Fevereiro renovou suas instâncias para impedir que as embarcações portando doentes se comunicassem com a Província; sendo infrutífera essa reclamação, cessaram as visitas a bordo. Em ofício de 30 de Março a Inspetoria levou ao conhecimento da Presidência o aparecimento da febre amarela na

<sup>2</sup> São referidos como médicos residentes na capital.

<sup>3</sup> Idem.

<sup>4</sup> Ibidem. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u934/000009.html>. Acesso em 26 de Outubro de 2008.

<sup>5</sup> Ibidem. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsc/bsd/u934/000010.html>. Acesso em 26 de Outubro de 2008.

<sup>6</sup> FALLA 1881. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/966/000046.html>. Acesso em 26 de Outubro de 2008.

<sup>7</sup> Idem.



capital, no qual também propôs as medidas tendentes a frear a propagação do mal e a socorrer a população.<sup>8</sup>

A cidade foi então dividida em distritos sanitários, entregues aos cuidados de comissões, foi criada e aberta uma enfermaria especial para o tratamento dos doentes pobres atacados pela epidemia, nomeado médico para o tratamento em domicílio, e finalmente a 16 de Abril foi aberto o serviço de observação e lazareto em São Francisco.<sup>9</sup>

Destaca-se a relação feita da ocorrência das febres com a estação do ano, sendo considerado o final do verão, fim de Março aproximadamente, propício pela transição do calor ao frio.<sup>10</sup>

Outro ponto importante desse relatório é o registro da inexatidão das informações, o que acabou por trazer alguma confusão ao povo. E deste engano veio terror à população, “(...) exagerada de costume”; porém o relator escreve que a epidemia não foi tão terrível quanto se procurou fazer crer. Houve o registro de 230 casos de febre amarela na capital, com 41 mortes e 189 curas; a epidemia foi considerada extinta em 7 de Junho, cessando assim os serviços de socorros, observação e lazareto e fechando-se a enfermaria.<sup>11</sup>

É também relatado que para evitar o alastramento pela Província da febre foram empregadas cautelas precisas (que não são especificadas), as quais não foram tão rigorosas quanto necessário pela falta de pessoal habilitado e deficiência de meios materiais.<sup>12</sup>

Um aspecto interessante relatado é que febre amarela teria desaparecido da capital com a estação fria e que os casos teriam migrado junto com as pessoas para São Miguel, devido a relações de amizade e de proximidade com os doentes.<sup>13</sup> O relator, Dr. Duarte Paranhos Schutel, escreve:

O que aqui devo notar de preferência é o facto da transmissão da moléstia por intermédio de doentes saídos da capital, e das roupas que d'aqui levavam a lavar em S. Miguel, assim como a duração da epidemia em quanto foi a si abandonada e a sua extinção logo que a mudança, a dispersão e a seqüestração destruíram os focos de infecção.<sup>14</sup>

O relatório finaliza com seu relator dizendo que os socorros foram aplicados com perícia e exemplar zelo, tendo sido registrados em São Miguel 169 casos de febre amarela,

<sup>8</sup> Ibidem. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/966/000047.html>. Acesso em 26 de Outubro de 2008.

<sup>9</sup> Idem.

<sup>10</sup> Ibidem. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/966/000048.html>. Acesso em 26 de Outubro de 2008.

<sup>11</sup> Idem.

<sup>12</sup> Idem.

<sup>13</sup> Ibidem. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/966/000049.html>. Acesso em 26 de Outubro de 2008.

<sup>14</sup> Ibidem. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/966/000050.html>. Acesso em 26 de Outubro de 2008.



com 24 mortes e sendo 116 desses casos tratados por conta do governo, vindo a ocorrer dentre esses, 6 mortes. A epidemia foi declarada extinta em 8 de Janeiro.<sup>15</sup>

Na Falla de 1882, apresentada pelo Dr. Antonio Gonçalves Chaves á Assembléa Provincial de Santa Catarina em 6 de Outubro de 1882, é dito ser lamentável o estado sanitário da Província em virtude de diversas epidemias, tendo nos primeiros quatro meses do ano uma febre de caráter pernicioso causado grande mortalidade em S. Miguel, Tijucas e no norte da capital. Na capital a varíola atacava também nas freguesias próprias e na cidade. Nos dois meses seguintes, as doenças cederam na capital e invadiram diferentes municípios; declinando em uns pontos e extinguindo-se em outros.<sup>16</sup>

Acudiu a administração da Província com as medidas que julgou convenientes, a seu alcance. “Ao recrudescer da epidemia, achando-se fechada a enfermaria especial que fora aberta no edifício do forte de Sant’Anna, foram restabelecidos os districtos sanitários e nomeadas as respectivas commissões na Capital”. Foi também aberta uma enfermaria para atender os indigentes varilosos que não pudessem ter tratamento em domicílio, bem como os presos atingidos pela varíola. Os medicamentos, dietas e socorros correram por conta do Estado. Foram registrados 81 casos de varíola na capital, com 10 falecidos e 11 ainda permanecendo em tratamento.<sup>17</sup>

Destaca-se o registro de casos de varíola no mês de Junho de 1882 em Palhoça, Passavinte, Capoeiras, Estreito e São José, tendo sido os doentes indigentes socorridos com dietas e medicamentos por conta do Estado. A epidemia declinou e quando da escrita da Falla havia 4 casos na capital e 46 em Palhoça, cujo número chegou a mais de 200 casos. Em Tijucas, São Miguel e Biguaçu, houve poucos casos e esses foram benignos.<sup>18</sup>

Interessantemente é dito que medidas deverão ser tomadas para o saneamento da capital; como encanamento dos córregos, abastecimento de água potável, construção de cais nas praias e cessão completa dos despejos nas praias e remoção do cemitério público, cuja colocação no centro da cidade é considerada inconveniente. Também são indicadas as remoções dos cemitérios da Trindade e da Freguesia de Santo Antônio, bem como a construção de cemitérios em São José, na Palhoça e no Estreito. “Sendo impossível a continuação da pratica pernicioso de irem de taes localidades os cadáveres àquella cidade” (a

<sup>15</sup> Idem.

<sup>16</sup> FALLA 1882. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/967/000005.html>. Acesso em 26 de Outubro de 2008.

<sup>17</sup> Idem.

<sup>18</sup> Ibidem. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/967/000006.html>. Acesso em 26 de Outubro de 2008



capital). Em São Miguel, o cemitério ao lado da matriz estaria em terreno impróprio, mal colocado e insuficiente, sendo imprescindível sua remoção, dando-se o mesmo em Biguaçu.<sup>19</sup>

No relatório de 1882 percebe-se que subsistem as causas da insalubridade em Desterro: inconstância da constituição médica local, as condições próprias do terreno e falta de asseio no centro e subúrbios. “Innumeros e infectos focos de miasmas animaes, disseminados por toda a área da Cidade, cortada por muitos riachos, que, nem sempre se conservão limpos e envenenão o ar atmospherico (...)”. A deficiência de recursos é um embaraço ao emprego das medidas necessárias e reclamadas pela higiene pública.<sup>20</sup>

O ano de 1881 foi tido como calamitoso, sendo que, a partir de Novembro de 1880, notificaram-se casos de febres paludosas que não fizeram grande número de vítimas, porém a varíola acabou por se tornar epidêmica em Desterro. Foi montada uma enfermaria especial na Fortaleza de Sant’Anna para os indigentes atingidos e enviado médico para São Miguel para tratar de doentes com febre perniciososa. O número de doentes naquela localidade era tão grande que foi necessário o envio de mais um médico. É ressaltado que não têm faltado os recursos do governo.<sup>21</sup>

No Relatório de 1883, apresentado pelo Dr. Theodoreto Carlos de Faria Souto à Assembléia Provincial de Santa Catarina a 25 de Março de 1883, é dito que febres perniciosas têm assolado com caráter epidêmico os municípios de Tijucas, São Miguel e a capital e é novamente destacado o mau estado sanitário de Desterro.<sup>22</sup> As causas desse seriam os pântanos, a má alimentação das classes mais desfavorecidas, a péssima qualidade da água e a não obrigatoriedade da vacinação e revacinação também estaria contribuindo para a anormalidade que se foi tornando permanente. “Um estudo accurado e diligente sobre esse objecto deve ser instituído pelo Governo e pelos legisladores da província.”<sup>23</sup>

As febres palustes e perniciosas que apareceram em São Miguel, São Sebastião de Tijucas e São José, nas freguesias de Canasvieiras e Santo Antonio, na capital cessaram. Foram notificados caos de varíola em Itajaí, São Francisco e Tubarão, ocorrendo 3 mortes. Foram solicitados recursos financeiros ao Ministério do Império para o socorro de 192 pessoas indigentes atacadas pela varíola em Tijucas.<sup>24</sup>

<sup>19</sup> Ibidem. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/967/000007.html>. Acesso em 26 de Outubro de 2008.

<sup>20</sup> RELATÓRIO 1882. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u935/000008.html>. Acesso em 26 de Outubro de 2008.

<sup>21</sup> Ibidem. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u935/000009.html>. Acesso em 26 de Outubro de 2008.

<sup>22</sup> RELATÓRIO 1883. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/968/000019.html>. Acesso em 26 de Outubro de 2008.

<sup>23</sup> Ibidem. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/968/000020.html>. Acesso em 27 de Outubro de 2008.

<sup>24</sup> Ibidem. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/968/000021.html>. Acesso em 27 de Outubro de 2008.



Já no Relatório de 1883 é citada a ocorrência de vários casos de varíola em Joinville e Tubarão, de febre perniciosa em São Miguel e de febres intermitentes na Trindade, na capital, tendo sido expedidas as providências necessárias. Em Maio estabeleceu-se a quarentena no porto de Santa Cruz para impedir a chegada da febre amarela vinda da corte, mas essa depois foi suspensa por ter a doença desaparecido da capital.<sup>25</sup>

Os relatórios de 1884 e de 1885 não trazem informações consistentes acerca de saúde pública.

No Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial de Santa Catarina pelo Dr. Francisco José da Rocha, a 21 de Julho de 1886, é referido o caso de marinheiros aportando em Desterro com beribéri e varíola. São referidos igualmente casos freqüentes de febres biliosas bem caracterizadas naquela cidade e em virtude disso foram convocados médicos.<sup>26</sup> Foi também decretada a quarentena no mês de Fevereiro na Fortaleza de Santa Cruz e mandado fornecer ao lazareto diversos objetos necessários a tal estabelecimento, assim como ao de Ratonas, para onde deveriam ser levados os passageiros de embarcações que chegassem enfermos, bem como foi solicitado às Câmaras Municipais de Laguna, Itajaí e São Francisco e às respectivas autoridades policiais, por intermédio do chefe de polícia, que fosse vedada a entrada de qualquer navio naquelas condições, estendendo-se essa recomendação aos agentes das Companhias de paquetes.<sup>27</sup>

O redator dirigiu-se pessoalmente a Ratonas para melhor observar o que se poderia e deveria fazer, constatou que eram necessários reparos. O serviço dos lazaretos começou efetivamente em 1º de Março, tendo-se fornecido o pessoal indispensável, embora bastante reduzido para não se aumentarem as despesas.<sup>28</sup>

As embarcações vindas da corte atracavam e as cargas, malas e bagagens eram desinfectadas e os passageiros hospedados em quarentena em Santa Cruz e os doentes, se os houvesse, levados a Ratonas. Aos paquetes e navios que transgrediam essa medida eram impostas multas. Depois de tal medida não foi recebido um só enfermo em Desterro até a data da apresentação do referido Relatório.<sup>29</sup>

Não obstante as dificuldades e contrariedades próprias de tais situações, o serviço da quarentena foi considerado satisfatório, tendo sido extinto por terem diminuído os casos de

<sup>25</sup> RELATÓRIO 1883. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u939/000050.html>. Acesso em 27 de Outubro de 2008.

<sup>26</sup> RELATÓRIO 1886. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/971/000108.html>. Acesso em 27 de Outubro de 2008.

<sup>27</sup> Ibidem. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/971/000109.html>. Acesso em 27 de Outubro de 2008.

<sup>28</sup> Ibidem. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/971/000110.html>. Acesso em 27 de Outubro de 2008.

<sup>29</sup> Idem.



febre amarela no Rio de Janeiro; continuou, entretanto a enfermaria de Ratores, que foi fechada somente a 26 de Junho.<sup>30</sup>

Foram referidas 12 mortes em Urussanga causadas pela varíola, sendo requisitada a ida de médicos à localidade. É relatado que houve pânico entre a população, tendo sido efeito de uma crença popular de que a varíola apareceria de quatro em quatro anos e de a última epidemia ter ocorrido em 1882.<sup>31</sup>

É citado o aparecimento de oftalmias e febres intermitentes em São Pedrinho no princípio do ano, tendo-se contatado médico e enfermeiro. Ocorreram também 2 casos de febre amarela em Blumenau e 42 casos de febres paludosas em Biguaçu e S. Miguel. Na freguesia de Santo Antônio, em Desterro, localidade com lastimável estado sanitário, existiram 150 doentes de febres<sup>32</sup>, os socorros públicos não foram recusados, sendo colocados médicos à disposição e as receitas aviadas em farmácia popular<sup>33</sup> e estabelecida enfermaria no Hospital da Marinha do Morro do Livramento. A epidemia foi considerada extinta em 1º de Julho, tendo acontecido 81 mortes por febre infecciosa na capital.<sup>34</sup>

As referências à saúde pública do ano de 1887 constam no Relatório apresentado à Assembléia Provincial de Santa Catarina pelo presidente Francisco José da Rocha a 11 de Outubro de 1887. É descrito como satisfatório o estado sanitário tanto na capital como em toda a Província, porém é referido o temor em relação à chegada da cólera, inclusive com decretação de proibição dos navios italianos, platinos e chilenos de aportarem em Santa Catarina.<sup>35</sup>

Desterro foi dividida no mês de Dezembro em três distritos médicos e foram nomeadas comissões compostas por cidadãos para fiscalizar o asseio das ruas, praias e casas, com visitas domiciliares feitas pelo inspetor de higiene.<sup>36</sup>

No Relatório de 1888 são referidos casos de varíola e sarampão na capital, no Estreito, em Itajaí e em São Francisco, tendo esta moléstia vindo do Rio de Janeiro e também sendo trazida por imigrantes italianos.<sup>37</sup>

<sup>30</sup> Ibidem. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/971/000112.html>. Acesso em 27 de Outubro de 2008.

<sup>31</sup> Ibidem. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/971/000114.html>. Acesso em 27 de Outubro de 2008.

<sup>32</sup> Ibidem. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/971/000115.html>. Acesso em 27 de Outubro de 2008.

<sup>33</sup> Ibidem. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/971/000122.html>. Acesso em 27 de Outubro de 2008.

<sup>34</sup> Ibidem. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/971/000123.html>. Acesso em 27 de Outubro de 2008.

<sup>35</sup> RELATÓRIO 1888. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/972/000107.html>. Acesso em 27 de Outubro de 2008.

<sup>36</sup> Idem.

<sup>37</sup> RELATÓRIO 1888. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u943/000023.html>. Acesso em 27 de Outubro de 2008.



No Relatório de 1889 tem-se que a febre palustre desenvolveu-se com intensidade na cidade de São Francisco, na freguesia do Ribeirão e na Caieira; e febres nos meses de Março, Abril e Maio em Desterro, sendo remetida uma ambulância para o Ribeirão e outra para S. Francisco, onde a moléstia acabou cedendo, e foi enviado médico para a Caieira.<sup>38</sup>

Do exposto depreende-se que as autoridades governamentais procuravam sempre enaltecer a alta eficácia de suas ações, e em alguns casos, como na da febre colocar a culpa de sua origem nas embarcações vindas da corte e na própria população (daí a necessidade da divisão da capital em distritos sanitários e da fiscalização por parte de comissões) e nos imigrantes, como no caso do sarampão.

Destaca-se a presença das crenças populares, na referência feita a uma possível periodicidade das epidemias de varíola e na feita pelo próprio presidente de Província aos “miasmas” contaminantes do ar atmosférico. Com relação à cólera, percebe-se verdadeiro temor.

1855. Esse é o ano da chegada da cólera ao Brasil, trazida pelo vapor Deffensor, que vinha da cidade do Porto (foco de risco da doença)<sup>39</sup>. Não é possível aqui atestar a veracidade ou não do temor citado pelo “terrorista”, mas a atitude das autoridades coincide com aquela descrita por Jean Delumeau, discorrendo acerca da peste bubônica na Europa:

Quando uma ameaça de contágio delimitava-se no horizonte de uma cidade, as coisas, no estágio do poder de decisão, passavam-se geralmente da seguinte maneira: as autoridades mandavam examinar por médicos os casos suspeitos. Muitas vezes esses médicos faziam um diagnóstico tranquilizador, antecipando-se assim ao desejo do corpo municipal; mas se suas conclusões eram pessimistas, outros médicos ou cirurgiões eram nomeados para um contra-inquérito, que não deixava de dissipar as primeiras inquietações.<sup>40</sup>

Deste trabalho pode-se depreender que as autoridades não sabiam com o que estavam lidando. As atitudes dessas autoridades eram semelhantes às atitudes tomadas por autoridades em países europeus. Pode-se inferir que algumas atitudes tomadas durante as epidemias de febre amarela e varíola em Santa Catarina eram comuns a outras epidemias, outros lugares e outras épocas. Chalhoub comenta sobre a proibição de se dobrar os sinos para anunciar falecimentos, procurando assim evitar o abatimento da população, o que a tornaria mais

<sup>38</sup> RELATÓRIO 1889. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u946/000030.html>. Acesso em 27 de Outubro de 2008.

<sup>39</sup> WITTER, Nikelen Acosta. Salve-se quem puder. In: *Revista de História da Biblioteca Nacional*. n. 32, ano 3. Rio de Janeiro: Sabin-Sociedade de Amigos da Biblioteca Nacional, Mai. 2008. p. 77.

<sup>40</sup> DELUMEAU, Jean. *História do medo no ocidente: 1300-1800, uma cidade sitiada*. São Paulo, Companhia das Letras, 1989. p. 118.





vulnerável à doença<sup>41</sup>, o que coincide com Jean Delumeau em *A História do medo no ocidente*, quando este está tratando das epidemias de peste bubônica medievais afirma:

Ora, a medicina de outrora considerava que o abatimento moral e o medo predis põem a receber o contágio. (...) A. Paré ensina que em período de ‘febre pestilenta’, ‘é preciso manter-se alegre, em boa e pequena companhia, e as vezes ouvir cantores e instrumentos musicais, e algumas vezes ler e ouvir alguma leitura agradável’.”<sup>42</sup>

Também se percebe que as autoridades buscavam tanto quanto possível amenizar a gravidade da ocorrência das epidemias, numa atitude bastante semelhante àquela citada por Delumeau quando descrevia o comportamento das autoridades européias frente á peste negra.<sup>43</sup>

Quanto à febre amarela, percebemos que esta causava

embaraços constantes às atividades comerciais do país e, mais tarde, às propostas de implementação de políticas imigrantistas. Políticos e autoridades públicas brasileiros tiveram então que lidar com os problemas criados pela doença (...) neste processo precisaram enfrentar temas políticos e ideológicos decisivos que se tornaram inextricavelmente ligados ao desafio da febre amarela.<sup>44</sup>

Pode-se perceber também um certo apelo ao sagrado, presente nos relatórios, com constantes agradecimentos à Divina Providência, como no exemplo do Relatório de 1880, no qual o relator agradece a Deus e aos meios utilizados terem ocorrido apenas 26 mortes por febre amarela.

Os relatórios não deixam transparecer as conseqüências políticas e sociais que as diversas epidemias produziam na Província. Ariosvaldo da Silva Diniz, por exemplo, nos fala das reações das populações negras de Recife diante da epidemia de cólera de 1856, que acreditavam que “o cólera é uma arte diabólica de brancos para acabar com a gente de cor”.<sup>45</sup> O autor do referido artigo valeu-se também de jornais da época para construir sua análise. Isso fez perceber que os relatórios por si só não são suficientes para a compreensão global do assunto. Estes deveriam, por exemplo, ser cruzados com relatórios do mesmo período referentes a outras províncias, com relatos de viajantes (que poderiam passar suas impressões

<sup>41</sup> CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. p. 69.

<sup>42</sup> DELUMEAU, op. cit, p. 125.

<sup>43</sup> Ibidem, p. 117.

<sup>44</sup> CHALHOUB, op. cit., p. 61-62.

<sup>45</sup> DINIZ, Ariosvaldo da Silva. As artes de curar nos tempos do cólera: Recife, 1856. In: CHALHOUB, Sidney et al. *Artes e ofícios de curar no Brasil*. Campinas: Ed. UNICAMP, 2004. p. 355.



do que estava acontecendo), correspondência diplomática, correspondência privada e notícias de jornais do período poderia acrescentar muitos dados importantes à pesquisa.

Do presente trabalho depreende-se o quanto é importante, e até fundamental, o uso das fontes no trabalho do historiador. Este, por sua vez, como se buscou demonstrar, deve olhá-las da forma mais imparcial possível, sabendo criticá-las e tendo sempre em mente que não existe a “Verdade” absoluta, apenas indícios, caminhos que são apontados para posterior abordagem.

### *Referências Bibliográficas*

CHALHOUB, Sidney et al. *Artes e ofícios de curar no Brasil*. Campinas: Ed. UNICAMP, 2004.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

DELUMEAU, Jean. *História do medo no ocidente: 1300-1800, uma cidade sitiada*. São Paulo, Companhia das Letras, 1989.

RELATÓRIOS dos presidentes da província de Santa Catharina. Disponível em: <http://www.crl.edu/content/brazil/ascat.htm>; Acessado em 26 de Outubro de 2008.

WITTER, Nikelen Acosta. Salve-se quem puder. In: *Revista de História da Biblioteca Nacional*. n. 32, ano 3. Rio de Janeiro: Sabin-Sociedade de Amigos da Biblioteca Nacional, Mai. 2008.

